

ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa  
26 JUN 2018  
Protocolo: 222/18  
Processo: 222/18

Veto Total nº 167/18

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA

AO EXPEDIENTE  
Em: 21 JUN 2018  
Presidente  
Recebido, Autógrafa  
Incluído em  
26 JUN 2018  
1º Secretário

MENSAGEM N. 136 , DE 20 DE JUNHO DE 2018.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, o qual "Autoriza o Poder Executivo a incluir no Orçamento anual, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD.", encaminhado a este Executivo por meio da Mensagem nº 129/2018 - ALE, de 5 de junho de 2018.

Senhores Deputados, a iniciativa parlamentar é louvável à medida que assegura a manutenção de programa de prevenção às drogas e combate à violência desenvolvido aos menores em idade escolar, caracterizado pela promoção da cidadania e de valores morais.

Todavia, o Autógrafo de Lei nº 974, de 5 de junho de 2018, constitui-se como norma autorizativa que não deve subsistir no sistema pátrio nacional, pela qual esse Poder Legislativo interfere diretamente na administração orçamentária deste Executivo. Leis que veiculam programas de governo incluem-se na denominada reserva de administração, caracterizada como manifestação do Princípio da Independência e Harmonia dos Poderes, previsto no artigo 2º da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Em aspecto formal, ressalto que cabe privativamente ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a gestão pública, conforme o delineado no artigo 65, inciso VII da Constituição Estadual, conforme transcreve-se:

Art. 65. Compete privativamente ao Governador do Estado:

VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Estado na forma da lei;

Destaca-se, ademais, jurisprudência precedente que defende ser restritiva ao Poder Executivo a iniciativa de leis que disciplinam a matéria própria de gestão pública, a seguir ementado:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI Nº 6.151 DE 15 DE OUTUBRO DE 2014, DO MUNICÍPIO DE OUTRINHOS, QUE INSTITUI A 'SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE À VERMINOSE' – INICIATIVA ORIUNDA DO PODER LEGISLATIVO LOCAL – INVIABILIDADE – INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL CARACTERIZADA – LEI QUE DISCIPLINA MATÉRIA PRÓPRIA DE GESTÃO PÚBLICA, EM ATO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CUJA INICIATIVA CABE EXCLUSIVAMENTE AO CHEFE DO EXECUTIVO – VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES – ATO LEGISLATIVO IMPUGNADO, ADEMAIS, QUE ACARRETA CRIAÇÃO DE DESPESA SEM INDICAR RESPECTIVA FONTE DE CUSTEIO – OFENSA AOS ARTIGOS 5º, 24, § 2º, ITEM 2, 25, 47, INCISOS II, XIV, XIX, ALÍNEA 'A', 144, E 176, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO BANDEIRANTE – PRECEDENTES – PRETENSÃO PROCEDENTE. (TJ-SP - ADI: 20098026620158260000 SP 2009802-66.2015.8.26.000, Relator: Francisco Casconi, Data de Julgamento: 13/05/2015, Órgão Especial, Data de Publicação: 18/05/2015).

Outrossim, é o entendimento do Supremo Tribunal Federal - STF no tocante à reserva de

SECRETARIA LEGISLATIVA  
RECEBIDO  
21 JUN 2018  
Ellen Lopes  
Servidor(nome legível)





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**

administração:

Ofende a denominada reserva de administração, decorrência do conteúdo nuclear do princípio da separação de poderes (CF, art. 2º), a proibição de cobrança de tarifa de assinatura básica no que concerne aos serviços de água, gás, em grande medida submetidos também à incidência de leis federais (CF, art. 22, IV), mormente quando constante de ato normativo emanado do Poder Legislativo fruto de iniciativa parlamentar, porquanto supressora da margem de apreciação do chefe do Poder Executivo Distrital na condução da administração pública, no que se inclui a formulação da política remuneratória do serviço pública. (ADI 3.343, Rel. p/ o ac. Min. Luiz Fux, julgamento em 1º-9-2011, Plenário, DJE de 22-11-2011.).

Na definição de Sérgio Resende de Barros, “autorizativa é a lei que - por não determinar - limita-se a autorizar o Poder Executivo a executar atos que já lhe estão autorizados pela Constituição, pois estão dentro da competência constitucional desse Poder.”.

Com efeito, trata-se de observância ao Princípio da Legalidade, disposto no artigo 5º, inciso II da Constituição Federal, uma vez que não se pode, obviamente, autorizar o Executivo a exercer as competências constitucionalmente atribuídas a ele mesmo.

Em igual sentido cito o seguinte posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI Nº 2.057/09, DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA – AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A COMUNICAR O CONTRIBUINTE DEVEDOR DAS CONTAS VENCIDAS E NÃO PAGAS DE ÁGUA, IPTU, ALVARÁ A ISS, NO PRAZO MÁXIMO DE 60 DIAS APÓS O VENCIMENTO – INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL – VÍCIO DE INICIATIVA E VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES – INVASÃO DE COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO – ACÇÃO PROCEDENTE. A lei inquinada originou-se de projeto de autoria de vereador e procura criar a pretexto de ser meramente autorizativa, obrigações e deveres para a Administração Municipal, o que redundaria em vício de iniciativa e usurpação de competência do Poder Executivo. Ademais, a Administração Pública não necessita para desempenhar funções das quais já está imbuída por força de mandamentos constitucionais. (TJSP, ADI 994.09.223993-1, Rel. Des. Artur Marques, v.u., 19-05-2010).

Ante o exposto, a matéria afronta às disposições contidas nas Constituições Federal e Estadual, padecendo de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, e material, em virtude da sua natureza autorizativa e contrariedade ao Princípio da Separação dos Poderes, impondo-se o veto total.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências, e consequentemente com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

  
**DANIEL PEREIRA**

Governador